

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS ESCRITAS PRÉ-ROMANAS DO SUDOESTE HISPÂNICO

Amílcar Guerra

Circunstâncias excepcionais e dolorosas para todos nós me levaram a aceitar o encargo de assumir a responsabilidade de uma “ponencia” neste XI Colóquio de Línguas e Culturas Paleo-Hispânicas. Todos teríamos desejado que fosse Juan José Moralejo a estar aqui, proferindo palavras seguramente mais sábias e animando com entusiasmo a discussão dos temas que presidem regularmente aos nossos encontros científicos. Gostaria, por isso, dedicar esta intervenção à memória deste querido amigo, delicado e cordial, por quem desenvolvi ao longo tempo uma profunda admiração. Os temas da onomástica do Ocidente hispânico nos uniram e estiveram na base de uma ligação científica e pessoal que muito me marcou.

Ao assumir o encargo de proferir uma conferência, juntei ao plano inicial de uma simples comunicação alguns aspectos que poderão eventualmente parecer marginais, mas que talvez se justifiquem neste tipo de encontros em que procuramos dar conta aos colegas da nossa actividade científica, contribuindo com algumas novidades dela resultantes.

1. No que concerne especificamente às antigas escritas hispânicas, o Museu da Escrita do Sudoeste em Almodôvar, continua a revelar-se uma plataforma de contacto com o grande público e uma excelente forma de o fazer participar dos progressos do conhecimento num domínio tão especializado. Temos sido permanentemente surpreendidos com o crescente interesse que suscita em pessoas das mais diversas formações e interesses. A par das preocupações com a divulgação, desenvolveram-se projectos concretos em torno dessa unidade museológica (Melro, Barros e Cortes 2011), os quais ganharam alguma dinâmica e apresentam mais alguns resultados, aqui brevemente expostos.

O principal tema que tem norteado as nossas mais recentes preocupações prende-se com a investigação sobre os contextos efectiva ou potencialmente relacionados com a escrita pré-romana da região. Por um lado, preparou-se uma pequena exposição (num museu onde quase tudo é peque-

no) centrada precisamente em torno da componente arqueológica associada à escrita e que tem como título “Vida e morte na Idade do Ferro”.

Esta actividade insere-se no âmbito do projecto ESTELA que tem precisamente, como primeiro objectivo, aprofundar os nossos escassos conhecimentos sobre os contextos arqueológicos que enquadram os monumentos epigráficos (Melro *et alii* 2009). Trata-se de uma tarefa que dá continuidade ao trabalho de campo levado a cabo nessa região, ao longo das últimas décadas, por vários investigadores, em especial por Caetano de Melo Beirão, Luís Coelho, Manuela Alves Dias, Mário Varela Gomes, Virgílio Hipólito Correia, Maria e Manuel Maia.¹ Para além dos aspectos mais estritamente arqueológicos, relativos à identificação e caracterização de sítios e dos seus vestígios materiais, este projecto visava coligir elementos que permitissem responder de forma mais consistente a duas questões essenciais: ao problema dos limites cronológicos destas manifestações; e à questão do enquadramento cultural ou, noutra vertente, a eventual relação destes vestígios epigráficos com alguma ou algumas das entidades étnicas que as fontes literárias antigas associam ao Sudoeste peninsular.

É possível que os desideratos deste projecto tenham muito de utópico. Com muita frequência as interrogações que presidem à realização de uma série de intervenções arqueológicas para esclarecer problemas históricos ficam à espera de respostas que nunca chegarão ou mergulhados numa incerteza muito semelhante à que marcava o arranque dos trabalhos. Pode acontecer que a arqueologia não esclareça estas duas dúvidas concretas, mas venha apenas juntar mais questões às que constituem o nosso amplo repositório actual.

De qualquer modo, mesmo que os dois tópicos referidos não encontrem, como é natural, uma determinada solução, estamos certos de que contribuirá para um melhor conhecimento do que são as necrópoles e os habitats coetâneos e associados às estelas, ajudando a compreender esse universo cultural.

No âmbito do projecto e respondendo aos seus objectivos, desenvolveram-se já alguns trabalhos de campo dirigidos por Samuel Melro e Pedro Barros, que se iniciaram, em 2010, com uma intervenção precisamente no sítio da Abóbada (Almodôvar) de onde provém a notável estela historiada que constitui um ex-libris da epigrafia pré-romana do Sudoeste. Embora o local tivesse sido objecto de escavação nos anos 70, por parte de Caetano Beirão, Luís Coelho e Manuela Alves Dias, sabíamos que a área intervencionada tinha sido bastante circunscrita, pelo que se impunha a compreensão global do contexto de onde provinha o monumento. Os trabalhos de campo encon-

¹ Entre os principais contributos destes investigadores citam-se os seguintes: Dias, Beirão e Coelho 1970; Coelho 1971; Dias e Coelho 1983; Beirão e Gomes 1980, 1985; Beirão 1986; Maia e Correia 1985; Maia e Maia 1986; Maia 1986; Correia 1993, 1996, 1997, 1999, 2004, 2009; Gomes e Cabrita 2007; Gomes 2010. Para uma ampla análise destes trabalhos e seus resultados v. Arruda 2001 e 2004.

tram-se já concluídos e os seus resultados mais gerais foram já apresentados numa reunião científica e em breve serão publicados (Melro e Barros n.p.).

No verão de 2012 escolheu-se um outro sítio, designado como Portela da Arca, correspondente ao que se pensa ser uma área habitacional situada nas margens do rio Mira, entre duas necrópoles: a da Abóbada e a de Mouriços. Estes espaços, em boa verdade, como se tem verificado, não se podem designar como povoados, uma vez que são geralmente constituídos por um número muito reduzido de casas. Nesta circunstância, trata-se aparentemente de uma única não particularmente extensa, que apresenta uma planta tendencialmente rectangular. De momento, tendo em conta que os trabalhos se encontram numa fase inicial, não é possível tirar qualquer ilação sobre a natureza da ocupação.

2. Como tem sido habitual neste vertente de investigação, as respostas às principais questões que se colocam ficarão provavelmente sem resposta. A dificuldade em atribuir um contexto preciso ao monumento epigrafado, a escassez de materiais arqueológicos e os insuperáveis problemas de datação dos sítios em geral e dos conjuntos sepulcrais em particular acabam por colocar o plano arqueológico ao mesmo nível do epigráfico: vão-se juntando pequenos fragmentos da realidade, muitas vezes inexpressivos e desconexos, sobre os quais só é possível construir um discurso hesitante e cheio de interrogações. Acalenta-se a esperança de que alguns elementos de natureza excepcional contribuam, de vez em quando e por favor da fortuna, para pequenos progressos no conhecimento.

O que se torna há muito patente, para além das dificuldades, são as condições modestas das populações que se associam a este universo das estelas epigrafadas. Algumas estruturas funerárias e um ou outro elemento esporádico parecem constituir os únicos elementos que, de alguma forma, se associam à difusão da escrita como aspectos denunciadores de contactos com um mundo de *facies* “orientalizante”.

Na área de maior concentração de achados epigráficos (Alentejo meridional e Algarve), se algum aspecto sobressai é precisamente o forte contraste entre duas realidades arqueológicas. Por um lado, uma estreita faixa costeira ou os locais situados nas vias de penetração onde os elementos característicos desse universo meridional são patentes: os aglomerados populacionais ganham alguma complexidade; os vestígios materiais denunciam tecnologias e gostos estéticos com marca mediterrânea; por outro uma realidade muito mais pobre: na dimensão e complexidade dos seus habitats; e também nos elementos da cultura material que se associam a estes. O território das estelas epigrafadas apresenta-se claramente, tal como se tem sublinhado, como um mundo com uma marca de “interioridade”, ainda que a distância desse território ao litoral possa não ser significativa.

Não deixa de ser sintomático que, de uma forma geral, a faixa costeira não apresente, qualquer vestígio de estelas. E ao contrário, eles sejam particularmente abundantes em torno da Serra do Caldeirão, uma área

acidentada e aparentemente inóspita. Por outro lado, todos os locais costeiros nos quais as marcas orientalizantes são mais patentes, este fenómeno epigráfico está ausente.

3. Outra face da investigação sobre as escritas paleo-hispânicas do Sudoeste que o projecto ESTELA assume encontra-se associada à descoberta e publicação de novos monumentos, num âmbito em que é bastante limitado o número de textos. Por essa razão, cada novo achado acaba por ter intrinsecamente uma certa importância, especialmente quando se trata de inscrições relativamente bem preservadas. É nossa convicção que abertura de um museu dedicado especificamente a este tema, informando as pessoas sobre a natureza dos vestígios, contribui de forma decisiva para que novos monumentos se venham juntar ao repertório conhecido. Um dos exemplos paradigmáticos desse efeito benéfico pode encontrar-se na mais recente estela epigrafada que chegou ao nosso conhecimento.

3.1. Estela de Monte Gordo (v. fig. 1-3)²

Um habitante de Almodôvar, o Sr. José Sousa, comunicou ao responsável autárquico então mais estreitamente ligado com o Museu, Rui Cortes, a descoberta de uma estela, procedente de um local próximo da sede do concelho (pouco mais de 10 km a norte), da sua propriedade de Monte Gordo, situada na freguesia do Rosário, a noroeste deste lugar. O bloco encontrava-se inserido numa construção tradicional (um “monte”) onde servia de ombreira de uma das portas do edifício. O monumento conserva-se em Almodôvar, na residência do seu achador e proprietário, na circunstância muito próxima do Museu da Escrita do Sudoeste, instituição na qual se conserva uma réplica do mesmo.

A estela provém de uma área onde têm sido assinalados outros achados epigráficos e onde se reconheceram e escavaram estruturas a eles associadas. Embora esta área se encontra já na peneplanície alentejana, onde os achados epigráficos desta natureza são mais raros, Nas proximidades, para nascente, encontra-se o povoado de Neves II, no qual se identificou uma estela (J.24.1; Maia e Correa 1985) entre um conjunto edificado com algum mobiliário arqueológico de natureza excepcional (Maia e Correa 1985; Maia 1986).

O suporte corresponde, como se torna quase regra nesta área, a um bloco de xisto local, revelando uma excelente qualidade. Trata-se de uma estela de forma alongada, com cerca de 1,41 de altura, mas relativamente mais estreito do que é habitual, uma vez que apresenta uma largura máxima de 48 cm, medida na parte superior, dimensão que se vai reduzindo progressivamente para a base, onde atinge apenas 18 cm. Na parte mediana da peça, na área em que

² Agradeço ao Sr. José de Sousa as facilidades concedidas que permitiram observar o monumento, a Rui Cortes a informação pronta e circunstanciada sobre o monumento e a Pedro Barros a foto do monumento.

se inicia o texto, o bloco atinge os 36 cm de largo, de forma que o espaço em que se desenvolve a inscrição tem uma forma sensivelmente rectangular.

O monumento denota características bastante comuns neste tipo de achados. Desde logo, o lapicida deixou sem escrita uma parte da superfície da estela que se destinava à fixação no solo. Esta última apresenta dimensões particularmente elevadas em comparação com a maioria dos monumentos conhecidos, circunstância que se explica em boa parte pela altura total do próprio monólito. Ao contrário do que se verifica em alguns exemplos similares, Consta-se que o lapicida não traçou uma linha separadora entre a área epigráfica e a restante, o que deve explicar-se por algumas particularidades do bloco. Divergindo da norma, a primeira linha não termina ao mesmo nível em que tinha começado, mas substancialmente mais acima, circunstância que se deveu provavelmente ao facto de a face da pedra se encontrar já alterada em alguns pontos, não permitindo uma gravação adequada. Essa alteração da superfície polida do bloco denota-se numa diferença substancial da sua coloração, sendo possível deduzir, pelas letras parcialmente perdidas, que a sua dimensão tenha aumentado ligeiramente ao longo do tempo.

O texto, constituído por duas linhas, é delimitado por uma cartela definida apenas por dois traços, aproximadamente paralelos, oscilando a distância que os separa entre 4 e 8 cm. Falta, neste caso, a delimitação pelo interior da segunda linha, circunstância que pode considerar-se comum.

A disposição dos signos obedece à norma geral destas inscrições, ao apresentar uma orientação sinistrorsa. Do mesmo modo, a posição extroversa dos signos, isto é, com a leitura a partir do interior da estela, com que se inicia o trabalho do lapicida corresponde ao modelo mais frequente nestas manifestações epigráficas.

Deste modo, a sequência textual arranca da parte inferior direita do campo epigráfico e descreve um arco cujo *terminus*, todavia, não atinge o mesmo nível do lado oposto do campo epigráfico. A gravação continua na segunda linha, interior em relação à primeira. Esta circunstância obriga a que, para manter a orientação sinistrorsa da escrita se inverta a posição dos signos, passando a ser introversos, isto é, com o topo dos caracteres orientado para o centro da estela, fazendo-se a leitura a partir do exterior da peça.

A gravação revela ter sido bastante cuidada, pelo que o texto, apesar de afectado por algumas alterações que o campo epigráfico sofreu ao longo do tempo, se apresenta clara na maioria dos casos. De qualquer modo, apesar do bom estado geral da peça, possui uma área especialmente afectada, na margem direita, o que dificulta a identificação de pelo menos dois signos, muito provavelmente de três. Do lado esquerdo a superfície encontra-se igualmente alterada, mas essa circunstância não compromete a leitura da epígrafe.

O texto pode considerar-se, mesmo assim, muito bem conservado, sendo, para além do mais, relativamente longo, uma vez que compreenderia cerca de 45 signos. Num panorama epigráfico em que as sequências longas e fiáveis são determinantes para o estudo destas manifestações, este monu-

mento, embora não esteja íntegro, pode considerar-se um interessante contributo para um repositório textual de uma forma genérica ainda bastante pobre.

Para além dos problemas que decorrem da má conservação de alguns segmentos da cartela exterior, apresentam-se também algumas limitações à leitura do texto que decorrem do nosso conhecimento sobre o valor fonético a atribuir a alguns signos. Encontram-se neste caso especialmente o signo χ (S92), registado apenas, no âmbito de toda a epigrafia do SO, na estela de Mértola (J.28.1). Por essa razão foi considerado pelo seu primeiro editor (Faria, 1994, 62) um alógrafo de um signo já conhecido, tendo este autor sugerido que poderia corresponder a silabograma em $-i$, hipótese que considerou preferível à da sua equivalência a uma sibilante. A primeira possibilidade foi subscrita igualmente por Correa 1996, 71, e Untermann 1997, 150 §439, reconhecendo nele algumas afinidades com os caracteres G26' e S87, para os quais chegou a insinuar o valor fonético t^i (Untermann 1997, 149-150), mas acabando por incluí-los entre os elementos isolados e obscuros (Untermann 1997, 152). Nesta circunstâncias, a estela de Monte Gordo pode dar mais alguma consistência à hipótese de se tratar de um silabograma em $-i$, registando-se mesmo a particularidade de este preceder uma sequência **-ion-** em ambos casos.

O texto da inscrição, cujo decalque se apresenta na fig. 3, é o seguinte:³

Linha 1: **uuferk^aarua***nkⁱik^eeark^aareronb^aarena[\acute{r}]**

Linha 2: **k^eent^aab^eeano χ ion**

De entre as particularidades mais notórias deste monumento sobressai, em primeiro lugar, mais uma atestação dos elementos mais repetidos neste âmbito epigráfico, geralmente interpretado como uma fórmula funerária.⁴ Neste caso concreto as duas componentes habituais encontram-se justapostas, como acontece com mais frequência, apresentando uma variante mais breve, **na \acute{r} k^een**, menos usual, uma vez que atestada apenas, com segurança, em mais duas circunstâncias (J.7.5, “Ameixial III”, e J.14.1, “Alcoforado”).⁵

A distribuição destas componentes e a sua disposição permitem apontar, como final de texto, uma terminação **-ion**. Trata-se de um elemento final reconhecido igualmente em outras circunstâncias, no repertório das estelas do SO, nomeadamente em Azinhal dos Mouros (J.7.9) ; 4.3; 4.1; 7.2. com um grau de fiabilidade variável.

Um signo mais raro chama a atenção para uma característica particularmente marcada na escrita do Sudoeste: se acreditamos num sistema composto por 27 elementos (ainda que possam ser diferentes dos que o signário

³ Assume-se nesta transcrição que S56 corresponde a \acute{r} , aceitando a equivalência adoptada em *MLH* IV e Correa 1996, 69-70; que a G16' / S46 respeita o valor fonético de **ki** (Correa 1996, 71; Hoz 2011, 620-621).

⁴ Sobre estes formulários e as suas variantes v. ultimamente Hoz 2010, 389-394.

⁵ Untermann 1997, 181, coloca a hipótese de se poder reconstituir **na(\acute{r} k^e)en** na estela J.15.1 (“Pardieiro I”), embora essa proposta seja manifestamente arriscada (Hoz 2010, 392).

de Espanca apresenta) temos necessariamente muitas questões concretas para resolver. Fazem parte de um problema global: o da aparente variabilidade de alguns elementos pertencentes a este sistema. A quantidade de caracteres diferenciáveis é bastante elevado e com frequência, estes elementos mais raros colocam problemas sem solução à vista.

3.2. O grafito de Moura (v. fig. 4-5)

O problema das escritas antigas do Sudoeste peninsular tem sido quase exclusivamente centrado no núcleo das estelas epigrafadas e nas suas manifestações, que Untermann abarca na sua recolha, de acordo com uma pesada tradição, sob a designação de escrita tartéssica. No âmbito dos estudos destas realidades se incluem alguns exemplares que não correspondem a esse tipo de monumentos, como é o caso, a vários títulos excepcional, do signário de Espanca. O estatuto que deve assumir este último nesse contexto não é de todo claro, mas aceita-se globalmente que essa evidência de uma prática de aprendizagem da escrita se relaciona, de forma estreita, com os restantes vestígios epigráficos em suporte pétreo a que se aludiu ou com a seu antecedente tartéssico.

Mas os vestígios epigráficos passíveis de serem integrados neste conjunto colocam alguns problemas nem sempre fáceis de resolver. Por esta razão, Untermann, com base nas características do sistema e optando por maior rigor na análise dos monumentos, excluiu alguns do repertório geral (Untermann 1997, 104-113). Percebem-se alguns dos motivos para essa exclusão: situações em que é duvidoso ou inviável o uso do sistema de signos que lhe corresponde; que não apresentam as características essenciais destes monumentos; ou cuja cronologia e natureza os coloca fora desse âmbito, como acontece, por exemplo, com alguns grafitos.

De uma forma geral correspondem a textos muito breves ou fragmentários sendo particularmente problemática a sua interpretação e pouco relevante o seu contributo para a compreensão das realidades linguísticas a eles associados. Nestas circunstâncias, é compreensível que a dimensão dos estudos sobre a chamada escrita do sudoeste se apresente em claro contraste com todas as restantes realidades epigráficas pré-romanas do mesmo âmbito geográfico.

Neste percurso pelas diferentes vertentes deste domínio da investigação impõem-se, de qualquer modo, algumas referências a algumas questões essenciais. Desde logo, o que se excluiu daquilo que abarca sob a designação “escrita do Sudoeste” constitui material muito diversificado e complexo e portanto, nem sempre fácil de classificar e enquadrar.

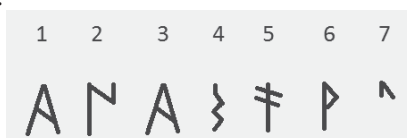
O universo dos grafitos cerâmicos que apresentam caracteres pré-romanos, muitas vezes iguais ao que se revelam nas estelas, ainda que patenteie alguma diversidade entre si, pode, no entanto, analisar-se aqui em conjunto. Como ponto de partida para o tema, apresenta-se aqui um recente e sugestivo achado. Há alguns anos, nas escavações que decorreram no

castelo de Moura, foi identificado um fragmento cerâmico inscrito. O texto foi gravado com um objecto pontiagudo fino (provavelmente metálico) sobre uma parte do bojo de uma peça com um excelente acabamento, uma vez que a sua superfície recebeu um característico engobe vermelho.

Infelizmente o objecto em causa encontrava-se numa situação pouco esclarecedora do ponto de visto estratigráfico, uma vez que provinha de níveis de enchimento, bastante tardios, o que inviabiliza qualquer ilação baseada no seu contexto. Ainda que esse estrato contenha abundantes materiais da Idade do Ferro, âmbito cronológico em que também este suporte de inscrição se integra, não é possível, com base na estratigrafia, situar com rigor este objecto. De qualquer modo, parece inquestionável que a peça se deve enquadrar nesse período, muito provavelmente em torno ao séc. VI a. C.

A sua ocorrência em Moura é fácil de compreender, tendo em consideração que o Guadiana constituiu uma importante via de penetração, de modo mais significativo no troço a jusante do Pulo do Lobo, mas também no território a montante, no qual esta cidade se integra.

O grafito de Moura apresenta-se como uma sequência relativamente extensa para este tipo de manifestações que se caracterizam genericamente pela sua brevidade. Mesmo correspondendo a um fragmento, no seu estado actual permite reconhecer sete signos distintos, 6 dos quais se podem identificar. Grafado, como é habitual, em orientação sinistrorsa, a inscrição transcreve-se deste modo:



O primeiro carácter, apesar de só muito parcialmente conservado, reconhece-se facilmente como equivalente ao primeiro signo do sistema, correspondente a um **a**. Ao contrário, os vestígios do último não permitem a sua identificação, dado poder constituir um elemento de variados signos.

Todos os restantes correspondem a caracteres bem conhecidos no contexto das escritas pré-romanas do sul peninsular. No âmbito do que se tem admitido geralmente como as suas equivalências fonéticas destes signos, a sua transcrição corresponderia a:

[anab^aor*]

Como aspecto digno de nota nesta sequência registe-se a circunstância de se identificar, neste grafito, um modelo de escrita não-redundante, uma vez que ao signo 4, equivalente a **ba**, se segue um **o**, enquanto no sistema de escrita usado nas estelas epigrafadas ocorre, por via da regra, um **a**. Este aspecto diferencia, portanto, estas duas realidades, regidas, neste aspecto, por normativas ou tradições distintas. Deve sublinhar-se que esta fuga à redundância se insere perfeitamente numa tradição típica do mundo dos grafitos em caracteres pré-romanos do território do sudoeste peninsular, onde esta

característica representa a generalidade dos casos, só pontualmente contrariada, como acontece no grafito de Abul (v. *infra*). Este universo, que mantém de uma forma aparentemente bastante coerente esta característica, demonstra uma dispersão geográfica substancial, embora distinta da que apresentam as estelas epigrafadas.

Uma das realidades mais sugestivas e complexas encontra-se em Medellín. Esta localidade, que tem revelado uma considerável diversidade na documentação concernente às escritas pré-romanas, apresenta-se como um local de primeira ordem. Situado numa área interior, na parte mais setentrional do âmbito geográfico que aqui se analisa, reúne exemplos de estelas inscritas, a par de uma variedade considerável de grafitos (Almagro 2002, 754-766; 2004), de diversa natureza, extensão e grau de fiabilidade na sua classificação, uma vez que só alguns devem integrar-se no âmbito das antigas escritas hispânicas (Hoz 2010, 364-366). Na sua globalidade, Medellín pode apresentar-se, de qualquer modo, como um dos mais interessantes locais para o estudo das escritas pré-romanas desta área.

Uma das vertentes que confere importância a este lugar reside no facto de nele se registarem, coetaneamente, o uso de uma prática redundante, que se atesta na estela J.57, e a contrária, documentada nos grafitos, em particular numa taça em cerâmica cinzenta que apresenta várias sequências inscritas, para a qual se propôs uma datação correspondente ao último quartel do séc. VII, inícios do VI a.C. (Almagro 2002, 754-755). Esta circunstância, sublinhada por J. de Hoz 2010, 512, põe em evidência a existência paralela dessas duas práticas, aparentemente associadas à natureza das próprias inscrições, que podem coexistir no espaço e no tempo.

Não deve excluir-se a possibilidade de o grafito de Moura ser coetâneo das estelas epigrafadas. Mas, ao colocar-se o problema da sua integração no âmbito das escritas pré-romanas da área, deve afastar-se a sua inclusão na chamada “escrita do Sudoeste”. Uma possibilidade seria a sua vinculação à escrita meridional, em especial se a cronologia fosse tardia, circunstância que não é muito viável sustentar, nas actuais circunstâncias. Mais viável é considerar, como primeira hipótese, a sua aproximação à esfera tartéssica, recordando em especial as questões em torno do grafito de Abul.

4. O grafito de Abul

No panorama dos vestígios epigráficos pré-romanos do ocidente hispânico, este grafito assume uma particular importância. Postulada recentemente a sua natureza hispânica (Correa 2011, 104-107), alterando-se a sua identificação como mais um registo de uso do alfabeto fenício (Szynger in Mayet e Silva 2000, 261-264; Szynger 2001; Mederos e Ruiz 2005, 370-372; Correia 2009, 310; López 2011, 114), modifica-se igualmente o seu significado histórico-cultural. Nesta perspectiva, esta manifestação constituir-se-ia como o mais ocidental exemplo de utilização de um sistema de signos desenvolvido em âmbito hispânico.

Sendo bem conhecida a abundância de vestígios que documentam estas presenças de marca “orientalizante”, em particular na região do Tejo-Sado, o achado não constitui, neste domínio, uma surpresa (v., mais recentemente, Torres 2005). Mas esta manifestação epigráfica sublinharia, mais do que a natureza fenícia do lugar, o seu vínculo com realidades culturais mais propriamente hispânicas, as quais, embora denunciando os contactos com esse mundo exógeno, reflectiriam essa capacidade de integrar essas tradições no modo de vida das populações peninsulares. J. A. Correa 2011, 107, sublinha que a ocorrência deste grafito decorreria, deste modo, da inclusão destes espaços no âmbito desse mundo tartésico, aspecto que se confirmaria nas fontes clássicas com a atribuição da cidade de *Salacia* aos turdetanos (Ptol. 2.5.3).

Mas o aspecto mais relevante decorre da circunstância de ser viável atribuir-lhe uma cronologia bastante recuada, correspondente ao primeiro momento de ocupação de Abul. Ao ser apontada, pelos responsáveis pela escavação desse importante sítio arqueológico, uma datação para o grafito entre a segunda metade do século VII a.C. e os inícios do VI (Mayet e Silva 2000), coloca-se este vestígio entre as mais antigas manifestações deste género no ocidente peninsular. Considerando as dificuldades em situar no tempo, de forma precisa, as estelas epigrafadas, o achado de Abul assume um especial relevo no âmbito da evolução da escrita na região.

A pequena sequência de cinco caracteres, aparentemente (mas não seguramente) truncada, no que concerne estritamente aos problemas da escrita, apresenta como aspecto relevante a forma como lida com a redundância. Aparentemente não está em causa (apesar de o primeiro signo não se reconhecer integralmente, parece não deixar espaço para dúvidas sobre a sua configuração) que os primeiros dois caracteres documentam uma situação de redundância vocálica após silabograma, aspecto que, como já notou Correa 2011, 105, se assume como uma característica excepcional no panorama dos grafitos pré-romanos do Sudoeste. Mas a circunstância de o silabograma subsequente £ não ser seguido de **a**, como acontece nas ocorrências similares registadas nas estelas do sudoeste (Correa 2011, 106-107),⁶ obrigaria a pensar que não estamos perante uma escrita tipicamente redundante. Ainda que se documente no grafito de Abul uma situação em que essa característica se não verifica, a sua ocorrência uma vez é já relevante, precisamente pelo seu carácter excepcional. A irregularidade em relação a essa prática encontra-se atestada igualmente nas estelas epigrafadas e especialmente marcada em alguns monumentos de origem andaluza (v. Correa 2011, 105-106).

Esta circunstância, aliada às informações da geografia antiga apontam para que se enquadre esta manifestação no âmbito tartésico-turdetano (Correa 2011, 107).

Um outro problema que este achado suscita tem que ver com a natureza e valor fonético de um dos signos, o que ocupa a posição 4. Considerando

⁶ Os exemplos encontrar-se-iam em J.7.2, 12.1, 15.1, 53.1, ainda que a forma concreta do signo apresente uma variante gráfica, com as linhas paralelas descendentes.

uma aproximação entre este e os caracteres similares documentados nas estelas epigrafadas e tendo em conta uma observação anterior, expressa por Untermann 1997, 147, 152-153, 155, 172, 175, segundo a qual o mesmo é seguido sistematicamente de **a**, Correa pensa ser viável atribuir-lhe preferencialmente o valor fonético de **ba** (Correa 2011, 106-107, 109-110). Mas considera igualmente alternativas que, na minha perspectiva, abrem caminho a que se repondere a leitura da legenda pré-romana aposta nas moedas de *Salacia*.

5. A legenda monetária em caracteres pré-romanos de Alcácer do Sal

No panorama das manifestações escritas pré-romanas do sudoeste, ocupa um lugar destacado, no duplo sentido deste termo, a legenda indígena das moedas de Alcácer do Sal. Uma das principais limitações levantadas ao estudo reside precisamente no seu isolamento em relação às realidades similares, aspecto esse que se reflecte na conjugação de dois planos: no geográfico, uma vez se trata da única legenda monetária da costa ocidental em caracteres hispânicos, sem qualquer paralelo no território do que vem a ser a Lusitânia; no cronológico, porque se diferencia das restantes manifestações de escrita indígena dessa região, uma vez que mais tardio, por se inserir já no período romano.

A sua existência, todavia, permite algumas ilações relevantes, algumas das quais serão aqui abordadas. Em primeiro lugar coloca a questão da continuidade da escrita no extremo Ocidente peninsular de uma forma muito clara. Se estivéssemos perante um grafito ou, em última análise, uma epígrafe em suporte pétreo, poder-se-ia admitir que esses objectos poderiam corresponder a vestígios esporádicos, eventualmente, associados a pessoas com outra procedência. Mas uma legenda monetária afirma plenamente uma tradição escrita local, assumida oficialmente e que marca algo que faz parte da identidade dessa comunidade. Nunca pode ser assumido como um acto isolado, mesmo que as manifestações epigráficas atestadas se limitem às moedas.

E, naturalmente, também haveria que pensar que não se trataria de um caso único no extremo ocidente no que respeita à perduração de uma tradição letrada. Mesmo que limitada a um grupo muito restrito de detentores desse saber especializado, essa tradição manteve-se viva até ao mundo romano.

Não é fácil explicar, todavia, por que motivo os vestígios correspondentes a essa prática escrita quase não subsistem; por que razão se perde a tradição de grafar inscrições em estelas, questão para a qual não é fácil encontrar uma justificação sustentada. No entanto, a inexistência de uma resposta não altera o fundo da questão: a de perduração de uma tradição de escrita no sudoeste hispânico que se prolonga até período romano.

Observando esta curta legenda, cuja datação se coloca a pelo menos quatro séculos de distância das manifestações mais típicas do Sudoeste, as estelas epigrafadas, fica a impressão de que o processo evolutivo das escritas hispânicas dessa região ao longo da sua história não se modifica subs-

tancialmente. Se exceptuarmos o problemático elemento inicial, cuja classificação como um signo pertencente ao sistema de escrita é muito problemática (posições distintas em Faria 1992; García Bellido e Blázquez 2001, II, 335; Correa 2011, 108), os restantes podem ser identificados no conjunto mais antigo das estelas ou de outras realidades tanto ou mais antigas, como o grafito de Abul. Revela a esse título sugestiva a afinidade entre o 2.º elemento da legenda (lido geralmente como **be**) e o que se regista nesse fragmento cerâmico, integrado na Fase II de Abul A, a que se atribui uma cronologia situada entre o último quartel do séc. VII e o primeiro do séc. VI a.C. (Mayet e Silva 2000; Mayet e Silva 2005, 24-25). Apenas a o último carácter ostenta uma particularidade que o diferencia do que é comum no sistema de signos usado nas estelas epigrafadas: um pequeno apêndice projectado para cima, formando um ângulo agudo em relação à linha vertical que define esse signo, com o valor tradicional de **n**.

É patente, no entanto, a ausência de redundância, facto que condicionou desde logo a sua interpretação. Este aspecto tem-se tomado como relevante quando se trata de determina o sistema de signos que integra, estabelecendo-se, desde logo, uma diferenciação com o usado nas estelas do SO, aspecto que não pode causar surpresa.

Ainda que sejam mais ou menos evidentes as dúvidas, especialmente a respeito do que Faria considera o primeiro grafema, a sua lição **beuibum* (Faria 1992) vem sendo genericamente admitida, nalguns casos com alterações pouco relevantes (Untermann 1997, 111; García-Bellido e Blázquez 2001, 335-336). Em determinado momento **Beuipo* passou a integrar, como maior ou menor convicção, o repertório toponímico do Ocidente peninsular. Após a sua aceitação (Guerra 1998, 338), o meu cepticismo a este respeito aumentou consideravelmente, com base em pressupostos que não têm apenas que ver com aspectos relativos aos signos e às suas correspondências fonéticas.

Esta interpretação assenta em dois pressupostos: que esta sequência deveria corresponder a uma utilização do sistema de escrita “meridional”; e que a equivalência fonética do signo **£** seria **be**.

Sobre estes aspectos se registaram algumas considerações recentes em particular as que versavam este signo, o mais problemático, mas também o mais relevante. Sem afastar a viabilidade desses dois pressupostos, J. A. Correa 2012, 106-110, admite igualmente o uso continuado, no Baixo Sado, do sistema gráfico tartéssico, de que o grafito de Abul constituiria o primeiro dos vestígios subsistentes na área. Considerando a integração cultural da cidade no mundo turdetano, como as fontes clássicas de período romano põem em evidência, admite, em alternativa, que o sistema usado na legenda monetária se insira nesse mesmo grupo de escrita, correspondendo aos últimos momentos da sua utilização.

Do ponto de vista prático e no que concerne estritamente à correspondente forma latina do nome não se registaria uma significativa diferença, havendo apenas que considerar a alternativa **Bavipo*, tendo em conta as con-

siderações sobre o valor fonético do signo £ no grafito de Abul e, por extensão, no nome da ceca pré-romana (Correa 2011, 111).

Na realidade, a equivalência fonética deste problemático carácter encontra-se fortemente dependente do valor **be**, que lhe vem a ser atribuído no sistema que se desenvolve especialmente no sudeste hispânico. Correa 2011, 107, aponta uma interessante possibilidade, a de este corresponder a /ha/, tendo em conta a circunstância de a sua origem se poder reportar ao *he* fenício (cf. Rodríguez Ramos 2000, 38-39; Hoz 2010, 376). Essa equivalência fonética merece, na minha perspectiva, ser valorizada.

Entre algumas certezas, sabemos que estas legendas correspondem a topónimo que virá a ser substituído pelo termo *Salacia*, na sequência de um forte impacto do mundo romano na Hispânia e nessa cidade em particular. Também se revela bastante consensual, desde a pertinente sugestão de Correa 1982, que esse elemento toponímico terminaria em **-ibum**, o que corresponderia, na versão latina, a *-ipo*.

Não subsistem muitas dúvidas (Faria 1989, 73-74; 1992, 39) de que a esse lugar se deveria também reportar um apelativo, apresentado sob a forma de um hidrónimo nas obras de Ptolomeu e de Marciano de Heracleia, na sequência *Kal(l)ipoudos potamou ekbolai*. Com base nesta referência à “foz do rio Calipo” se procurou restituir, num discutido passo de Estrabão (*Geog.* 3.3.1) (Faria 1989, 93; Alarcão 2004, 317-320)

Não parece ousado afirmar, por quanto se tem escrito a respeito dos nomes em *-ipo*, tido essencialmente como constituintes de topónimos, que se registre aqui um caso de sobreposição de um hidrónimo com o nome do lugar principal situado no seu curso. Este pressuposto esteve justamente na base na proposta inicial de António Faria 1989 de considerar que o topónimo consagrado nessa problemática legenda seria *Kantnipo*, manifestando-se sob esta perspectiva, uma proposta credível. A questão contudo, envolvia outras vertentes que conduziram este autor a alterar a lição da legenda para ***beuibum**, sem que todavia, o seu autor pusesse de parte a ideia de se manter o pressuposto antes enunciado (Faria 1992, 39).

Presumir, contudo, que este nome, mesmo admitindo um processo de alteração algo atribulado, pudesse conduzir a algo como *Kallipo* parece-nos uma hipótese inviável, pela distância fonética entre ambos, em particular no que concerne à primeira sílaba. Não menos sustentável nos parece admitir que a mesma cidade apresentasse, num período tão curto três nomes distintos. Naturalmente, a questão não incide sobre *Salacia*, uma designação que as fontes literárias, epigráficas e numismáticas (neste caso em versão abreviada) atestam com abundância, mas com a compatibilização das outras duas ocorrências, em particular com verdadeira forma da problemática legenda monetária. Apesar de se terem levantado algumas dúvidas, parece claro que em determinado momento, a criação de uma nova designação para

o lugar conduziu a um progressivo esquecimento do antigo nome do lugar, o qual, no entanto, se deve ter mantido, a par do novo, durante algum tempo.⁷

Valerá a pena recordar que nome o *Kalipo*, transmitido pelos autores clássicos, tem sido mais frequentemente interpretado como uma forma que sofreu um processo de identificação a termos da língua grega. Sob ele se esconderia algo cuja forma indígena não seria possível determinar com segurança, mas que teria, com a versão helenizada, uma proximidade fonética evidente. Embora seja patente que nem tudo o que as fontes clássicas veiculam é fiável, não creio que haja razões para se por em causa este processo particular de transcrição e adaptação de um nome indígena.

Ao contrário, a interpretação do nome da ceca pré-romana suscita, como se viu, justificadas dúvidas. Na realidade, as hesitações da investigação encontram-se neste momento bastante circunscritas, uma vez que limitadas a dois aspectos distintos, que respeitam à componente essencial da discutida sequência.

A principal questão gira em torno do valor do signo ξ, uma vez que sobre os restantes não se registam controvérsias ou dúvidas significativas. A forma toponímica **Beuipo* assenta no pressuposto de que o primeiro signo tem o valor de *be* porque a legenda teria usado o sistema de signos da chamada “escrita meridional”, uma vez que se poderia afastar a hipótese de nela ter sido utilizado a escrita das estelas epigrafadas do SO.

À luz do que conhecemos hoje, este pressuposto é questionável. Sobre esta questão parecem-me pertinentes as observações de J. A. Correa 2011, 107-111, tendo em consideração o significado do grafito de Abul e as possibilidades interpretativas que dele decorrem.

A leitura **hauibun**, corolário de uma das hipóteses que decorrem das considerações de Correa — com um som inicial gutural, que justificaria a sua helenização em *Kallipo* — constituiria uma solução / interpretação que, na minha perspectiva, tem a vantagem de ser mais económica. A outra possibilidade seria, naturalmente, que o mesmo se considerasse um alógrafo do signo que habitualmente se toma como **ka**, o qual, recorde-se, se regista sob a forma Λ e no SE também com a variante Λ.

Estes hipotéticos valores fonéticos do signo ξ levam-nos a trazer à colação, de novo, o grafito de Abul e as consequências implicadas nesta proposta: uma lição **t^uurhan**[?] ou **t^uurkan**[?], a qual revelaria alguma pertinência, tendo em conta que o próprio Correa 2011, 107, aproximou uma sua proposta de leitura desse grafito (**t^uurpan**[?]) do antropónimo **t^uurk^aaio**, registado numa inscrição de Los Castellares, Ponte Genil (J.51.1). Naturalmente, esse

⁷ Embora seja viável que, pelo menos durante um curto período, tenham coexistido essas designações, revela-se improvável que o nome de *Salacia* tenha sido atribuído à cidade já no séc. II a.C., como chegou a supor-se, com base numa referência aos *Salakeinoi* no chamado “papiro de Artemidoro” (Faria 2006, esp. 229; Mora 2011, 96-97). Sobre esta questão e de uma forma geral a atribuição do novo nome a *Salacia* v. Faria 2009, esp. 115-117.

eventual paralelismo onomástico adquire outros contornos se considerarmos uma das equivalências fonéticas que aqui se sugerem.

Há, todavia, que considerar o problema da eventual classificação como signo do elemento inicial, não presente em algumas cunhagens. Ainda que se possam aceitar os argumentos expostos por Faria 1992, 41, sobre esta questão, não se encontra definitivamente resolvida e seja aceitável considerar hipóteses diferentes (Correa 2011, 108). Embora a forma assumida pela referência onomástica registada em Ptolomeu (*Geog.* 2.5.3. *Kallipodos potamou ekbolai*) e Marciano de Heracleia (*peripl.* 2.13 *eis Kalipodos potamou ekbolas*) aponte para uma potencial exclusão desta hipótese, a toponomástica antiga poderá proporcionar, eventualmente, um argumento em sentido contrário.

Apesar das limitações com que devem encarar-se as formas transmitidas pela obra de Avieno, tem sido aceite que nesse poema se regista a ilha de *Achale*, geralmente identificada com a actual península de Tróia (Vasconcelos 1905, 17-18; *TIR* J-29, 23). Esta identidade seria corroborada, segundo Klotz (*cf.* Schulten 1922, 93; Ferreira 1992, 48; Almeida 2008, 14) pelo que assumiu como um contributo da onomástica moderna, a atestação de uma “Costa da Galé” nessa mesma área (contra a validade desta aproximação v. Ferreira, 1959, 442-444). No entanto, as questões relacionadas com a forma deste nome revelam-se bastante complexas. Aparentemente corresponderá (à semelhança de *Kallipo*) a um topónimo local recebido através de uma tramitação grega,⁸ circunstância que a oclusiva aspirada põe em evidência. Se não estamos perante um nome inventado ou substancialmente adulterado (infelizmente na obra de Avieno estas hipóteses não se podem excluir), poderia constituir a base do nome da cidade pré-romana a que corresponde a actual Alcácer do Sal, à qual se teria acrescentado o elemento *-ipo*.

Infelizmente esta proposta assenta em muitos aspectos marcados pela incerteza e, nestas circunstâncias, assume um carácter altamente especulativo. Penso, de qualquer modo, que, considerando este universo de nomes transmitidos por não falantes das línguas locais, uma aproximação *Achale* / *Kallipo*, entre o nome da ilha e da cidade (atribuída, recorde-se, aos turdetanos) constitui pelo menos uma hipótese que se deve ponderar.

⁸ Bandeira Ferreira 1959 contra a generalidade dos autores e a informação de Avieno (*insula Achale / uocata ab incolis*) considerou várias propostas interpretativas em que admite uma origem grega do apelativo.

REFERÊNCIAS

- Alarcão 2004: J. de Alarcão, “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia I”, *RPA* 7.1, 2004, 317-342.
- Almagro 2004: M. Almagro Gorbea, “Inscripciones y grafitos tartésicos de la necrópolis oriental de Medellín”, *PalHisp* 4, 2004, 13-44.
- Almagro 2002: M. Almagro Gorbea, *Las necrópolis de Medellín*, vol. II, Madrid 2002.
- Almeida 2008: J. P. L. Almeida, *A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal: Escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX*, vol. I, Dissertação de Mestrado da Universidade de Lisboa, 2008.
- Arruda 2001: A. M. Arruda, “A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo”, *RPA* 4.2, 2001, 207-291.
- Arruda 2004: A. M. Arruda, “Necrópoles proto-históricas do Sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante”. in: *El Mundo Funerario. Actas del III Seminario Internacional sobre Temas Fenicios. Homenagem a M. Pellicer Catalán*, Alicante, 2004, 457-494.
- Beirão 1986: C. de Melo Beirão, *Une civilisation protohistorique du Sud du Portugal (Ier Age du Fer)*, Paris 1986.
- Beirão e Gomes, 1980: C. de Melo Beirão e M. Varela Gomes, *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal, Epigrafia e Cultura*. Lisboa 1980.
- Beirão e Gomes 1985: C. de Melo Beirão e M. Varela Gomes, “Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal”, in: *Actas del iii CLPH*, Salamanca 1985.
- Coelho 1971: L. Coelho, “Inscrições da necrópole proto-histórica da Herdade do Pêgo, Ourique”, *O Arqueólogo Português* 3.ª série 5, 1971, 167-180.
- Correa 1982: J. A. Correa, “Singularidades del letrero indígena de las monedas de Salacia (A.301)”, *Numisma* 32, 1982, 69-74.
- Correa 1996a: J. A. Correa, “Grafito paleo-hispánico hallado en el depósito votivo de Garvão”, *Spal* 5, 1996, p. 167-170.
- Correa 1996b: J. A. Correa, “La epigrafía del Sudoeste: estado de la cuestión”, in: F. Villar y J. d’Encarnação (eds.), *La Hispania prerromana. VI CLCP*, Salamanca 1996, 65-76.
- Correa 2004: J. A. Correa, “Leyenda monetaria e toponímia”, in: F. Chaves e F. J. García (eds.), *Moneta qua scripta. La moneda como soporte de escritura. Actas del III EPNA*, Madrid 2004, 15-23.
- Correa 2011: J. A. Correa, “La leyenda indígena de las monedas de Salacia y el grafito de Abul (Alcácer do Sal, Setúbal)”, in: J. L. Cardoso e M. Almagro-Gorbea (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus, escritor lusitano da Idade da Prata*, Lisboa-Madrid, 2011, 103-112.
- Correa e Zamora 2008: J. A. Correa e J. A. Zamora, “Un grafito tartésico hallado en el yacimiento del Castillo de Doña Blanca (Puerto de Sta. María, Cádiz)”, *PalHisp* 8, 2008, 179-196.

- Correia 1993: V. H. Correia, “As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: Arquitectura e rituais”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 33, 1993, 351-70.
- Correia 1996: V. H. Correia, *A Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica*. Porto 1996.
- Correia 1997: V. H. Correia, “Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do sul de Portugal e a sua arqueologia”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 37.3-4, 1997, 41-85.
- Correia 1999: V. H. Correia, “Fernão Vaz (Ourique, Beja): balanço da investigação arqueológica”, *Vipasca* 8, 1999, 23-31.
- Correia 2004: V. H. Correia, “Moeda, epigrafia e identidade cultural no ocidente peninsular pré-romano”, in: F. Chaves e F. J. García (eds.), *Moneta qua scripta. La moneda como soporte de escritura. Actas del III EPNA*, Madrid 2004, 267-290.
- Correia 2009: V. H. Correia, “A escrita do sudoeste: uma visão retrospectiva e prospectiva”, in: *Acta Palaeohispanica* x = *PalHisp* 9, 2009, 309-321.
- Dias, Beirão e Coelho 1970: M. M. Alves Dias, C. de Melo Beirão e L. Coelho, “Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo, Ourique”, *O Arqueólogo Português* 3.^a série 4, 1970, 175-219.
- Dias e Coelho 1983: M. M. Alves Dias e L. Coelho, “Objectos arqueológicos de um túmulo de incineração da necrópole proto-histórica da herdade da Favela Nova (Ourique)”, *O Arqueólogo Português* 4.^a série 1, 1983, 197-205.
- Faria 1989: A. M. de Faria, “A numária de **Cantnipo*”, *Conimbriga* 28, 1989, 71-99.
- Faria 1991: A. M. de Faria, “Epigrafia monetária meridional”, *Conimbriga* 30, 1991, 13-21.
- Faria 1992: A. M. de Faria, “Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal”, *Vipasca* 1, 1992, 39-48.
- Faria 1994: A. M. de Faria, “Uma inscrição em caracteres do Sudoeste achada em Mértola”, *Vipasca* 3, 1994, 61-63.
- Faria 2006: A. M. de Faria, “Novas notas historiográficas sobre *Augusta Emerita* e outras cidades hispano-romanas”, *RPA* 9.2, 2006, 211-237.
- Faria 2009: A. M. de Faria, “Artemidoro entre os *Salakeinoi*?”, *RPA* 12.1, 2009, 211-237.
- Ferreira 1959: F. Bandeira Ferreira, “A propósito do nome *Achale* ou *Acale* da *Ora Marítima* de Avieno”, *Revista de Guimarães* 69, 1959, 437-444.
- Ferreira 1992: J. Ribeiro Ferreira, *Avieno, orla marítima*, Coimbra 1992².
- García Bellido e Blázquez 2001: M. García-Bellido e C. Blázquez, *Diccionario de cecas y pueblos hispánicos*, Madrid 2001.
- Gomes e Cabrita 2007: M. Varela Gomes e L. M. Cabrita, “Inscrição, na escrita do Sudoeste, do Vale de Águia, São Bartolomeu de Messines, Silves”, *Arqueologia e História* 56-57, 2006-07, 79-82.
- Gomes 2010: M. Varela Gomes, “Estela epigrafada, da Idade do Ferro, da Cerca do Curralão”, *Musa* 3, 2010, 137-148.

- Guerra 1998: A. Guerra, *Nomes pré-romanas de povos e lugares do Ocidente peninsular*, dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, 1998.
- Hoz 1989: J. de Hoz, “El desarrollo de la escritura y las lenguas de la zona meridional”, in: M. E. Aubet (ed.), *Tartessos. Arqueología proto-histórica del Bajo Guadalquivir*, Sabadell 1989, 523-87.
- Hoz 1995: J. de Hoz, “Tartésio, fenício y céltico, 25 años después”, in: *Tartessos 25 años después*, Jerez de la Frontera 1995, 591-607.
- Hoz 2005: J. de Hoz, “La recepción de la escritura en Hispania como fenómeno orientalizante”, in: S. Celestino e J. Jiménez (eds.), *El período orientalizante*, Madrid 2005, 363-381.
- Hoz 2007: J. de Hoz, “Cerámica y epigrafía paleohispánica de fecha prerromana”, *AEspA* 80, 2007, 29-42.
- Hoz 2010: J. de Hoz, *Historia lingüística de la Península Ibérica en la antigüedad, I: Preliminares y mundo meridional prerromano*, Madrid 2010.
- López 2011: J. L. López Castro, “Bocchus y la antroponímia fenício-púnica”, in: J. L. Cardoso e M. Almagro-Gorbea (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus, escritor lusitano da Idade da Prata*, Lisboa - Madrid 2011 73-102.
- Maia 1986: M. G. P. Maia, “Neves II e a “facies” cultural de Neves-Corvo”, *Arquivo de Beja*, 2.^a série 3, 1986, 23-42.
- Maia e Correa 1985: M. G. P. Maia e J. A. Correa, “Inscripcion en escritura tartésia (o del S.O.) hallada en Neves (Castro Verde, Baixo Alentejo)”, *Habis*, 16, 1985, 243-274.
- Maia e Maia 1986: M. G. P. Maia e M. Maia, *Arqueologia da área mineira de Neves Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-84*, Castro Verde 1986.
- Mayet e Silva 2000: F. Mayet e C. T. da Silva, *L'établissement phénicien d'Abul (Portugal). Comptoir et sanctuaire*, Paris, 2000.
- Mayet e Silva 2005: F. Mayet e C. T. da Silva, *Abul. Fenícios e Romanos no vale do Sado. Phéniciens et Romains dans la vallée du Sado*, Setúbal 2005.
- Mederos e Ruiz 2005: A. Mederos Martín e L. A. Ruiz Cabrero, “Un Atlántico mediterráneo. Fenícios en el litoral portugués y gallego”, *Byrsa* 3-4, 2004-05, 351-394.
- Melro, Barros, e Cortes 2011: S. Merlo, P. Barros e R. Cortes, “Museu da Escrita do Sudoeste de Almodôvar: do museu para o território”, in: *Encontro: Arqueologia e Autarquias*, Cascais 2011, 603-609.
- Melro, Barros e Santos 2010: S. Melro, P. Barros e P. Santos, “Projecto ESTELA: Primeiros resultados dos trabalhos nas serras de Mú e Caldeirão”, *Xelb* 10, 2010, 115-128.
- Melro et alii 2009: S. Melro, P. Barros, A. Guerra, C. Fabião, “O Projecto Estela: primeiros resultados e perspectivas”, *Acta Palaeohispanica* X = *PalHisp* 9, 2009, 353-359.
- MLH IV: Untermann 1997.

- Mora 2011: B. Mora Serrano, “Apuntes sobre la iconografía de las monedas de *Beuipo-(Salacia) (Alcácer do Sal, Setúbal)”, in: J. L. Cardoso e M. Almagro-Gorbea (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus, escritor lusitano da Idade da Prata*, Lisboa - Madrid 2011, 73-102.
- Melro e Barros n.p.: S. Melro e P. Barros, “A necrópole da Abóboda (Almodôvar): Trabalhos Arqueológicos 2010-11”, in: *VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, no prelo.
- Schulten 1922: A. Schulten, *Fontes Hispaniae antiquae, I. Avieno, ora maritima*, Barcelona - Berlin 1922.
- Sznycer 2001: M. Sznycer, “Une ancienne inscription phénicienne découverte à Abul”, *Semitica* 50, 2001, 226-228.
- Torres 2005: M. Torres, “¿Una colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la Primera Edad del Hierro?”, *RPA* 8.2, 2005, 193-213.
- Untermann 1997: J. Untermann, *Monumenta linguarum Hispanicarum IV, Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden, 1997.
- TIR J-29: *Tabula Imperii Romani, hoja J-29: Lisboa (Emerita, Scallabis, Pax Iulia, Gades)*, Madrid 1995.
- Vasconcelos 1905: J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia, na parte que principalmente se refere a Portugal*, Lisboa 1905.

Amílcar Guerra
Universidade de Lisboa
correo-e: aguerra@campus.ul.pt

Fecha de recepción del artículo: 18/06/2013 Fecha de aceptación del artículo: 19/07/2013

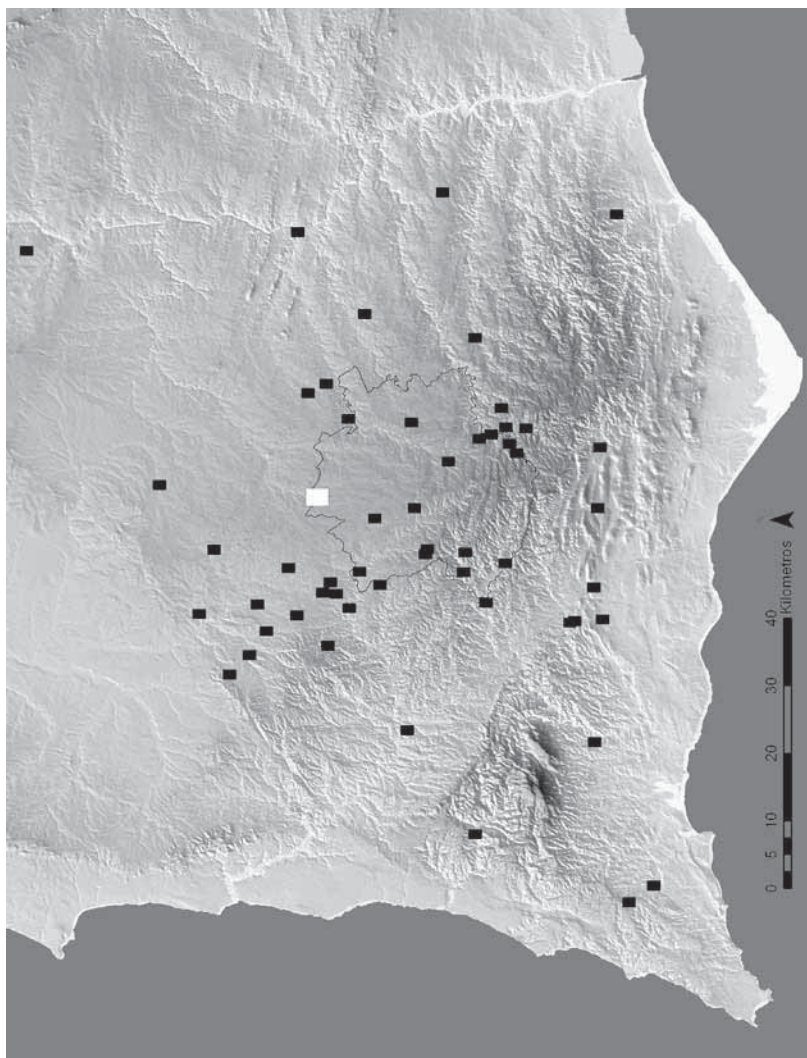


Fig. 1: Mapa com a distribuição das estelas com escrita do Sudoeste, assinalando-se igualmente o lugar de Monte Gordo, de onde provém o novo achado.



Fig. 2: Foto da estela de Monte Gordo (Pedro Barros).

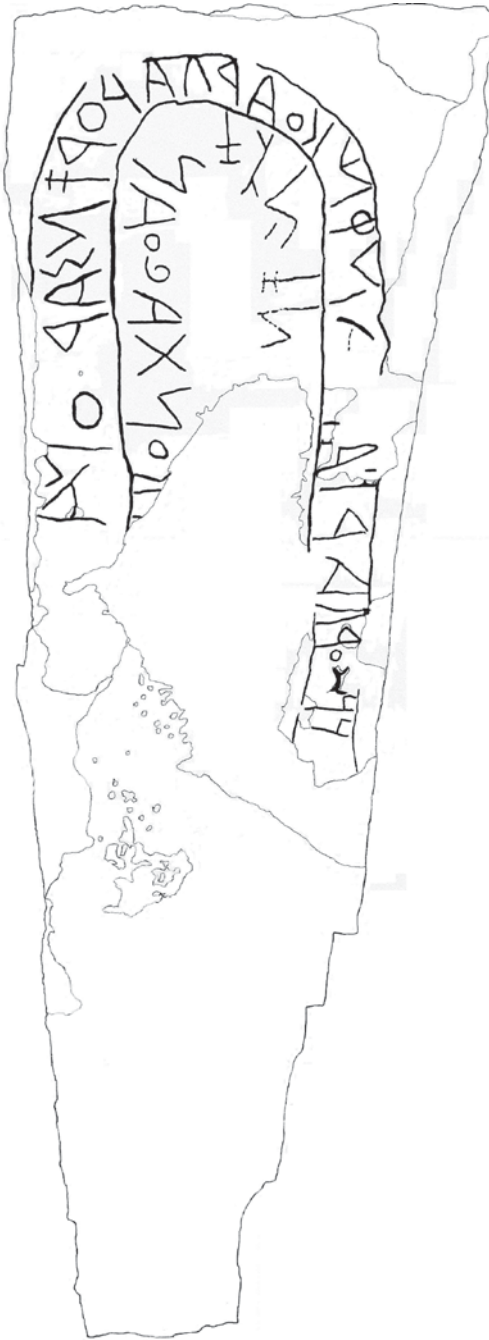


Fig. 3: Decalque da estela de Monte Gordo.

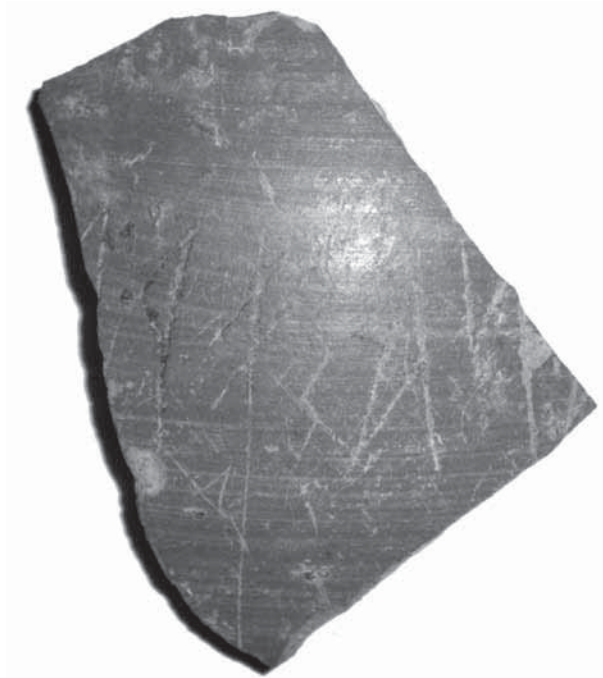


Fig. 4: Foto do grafito de Moura (José Gonçalo Valente).



Fig. 5: Decalque do grafito de Moura.